

FGV DAPP

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

VOL.1

A POLÍCIA E OS "BLACK BLOCS"

A percepção dos policiais
sobre junho de 2013

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

de enfrentamento e das
responsabilidades associadas

CARACTERIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO

dos "Black Blocs"

A POLÍCIA E OS "BLACK BLOCS"

FGV DAPP

Diretor

Marco Aurélio Ruediger

DAPP

DAPP Contato: (21) 3799-4300 | www.dapp.fgv.br | dapp@fgv.br

EQUIPE DE EXECUÇÃO

Coordenação

Marco Aurélio Ruediger

Pesquisadores

Rafael Martins de Souza

Amaro Silveira Grassi

Margareth da Luz

EDITORIAL

Projeto Gráfico

Café.art.br

Equipe

Alexandra Ramos

Andreia Bersot

Leandro Amorim

Maria Eduarda Rodrigues

Revisão

Lucas Calil

Yasmin Thayná

Impressão

DRQ GRAFICA E EDITORA LTDA



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar, de forma ampla, em todas as matérias de caráter científico, com ênfase no campo das ciências sociais: administração, direito e economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social do país.

Sede

Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro | RJ, CEP 22250-900 ou Caixa Postal 62.591 CEP 22257-970 | Tel: (21) 3799-5498 | www.fgv.br

Primeiro Presidente Fundador

Luiz Simões Lopes

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes

Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes

Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

Vogais

Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto; Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Márcio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes

Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Gilberto Duarte Prado, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Maurício Matos Peixoto e Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR

Presidente

Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente

João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos e Cia)

Vogais

Alexandre Koch Torres de Assis; Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos); Eduardo M. Krieger; Fernando Pinheiro e Fernando Bomfiglio (Souza Cruz S.A.); Heitor Chagas de Oliveira; Jaques Wagner (Estado da Bahia); Leonardo André Paixão (IRB - Brasil Resseguros S.A.); Luiz Chor; Marcelo Serfaty; Márcio João de Andrade Fortes; Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.); Pedro Henrique Mariani Bittencourt e Tomas Brisola (Banco BBM S.A.); Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.); Ronaldo Mendonça Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo); e Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul).

Suplentes

Cesar Camacho; Emerson Furtado Lima e Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda.); José Carlos Schmidt Murta Ribeiro; Luiz Roberto Nascimento Silva; Manoel Fernando Thompson Motta Filho; Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.); Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.); Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros); Clóvis Torres (Vale S.A.); Rui Barreto; Sérgio Andrade; e Victório Carlos de Marchi.

FGV DAPP

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

VOL. 1

A POLÍCIA E OS “BLACK BLOCS”

A percepção dos policiais
sobre junho de 2013

SUMÁRIO





01 INTRODUÇÃO /06

02 METODOLOGIA /10

03 RESULTADOS /16

3.1. Caracterização dos *Black Blocs*

3.2. Motivação dos *Black Blocs*

3.3. Aspectos Legais

3.4. Visibilidade e Avaliação dos *Black Blocs* pela População

3.5. Avaliação das Ações de Enfretamento e das Responsabilidades Associadas

3.6. Os Policiais como Cidadãos

04 CONCLUSÃO /34

01.



PO
RE
NA
BRA
EU SOU
CONTRA A
PEC 37

#VENPÁRUA

Mais

VA

INTRODUÇÃO

A mobilização coletiva manifestada nas ruas marcou vários momentos da história brasileira. A cena política dos anos 1990, para citar um deles, foi uma das mais emblemáticas ao fortalecer o processo de democratização, através dos movimentos sociais. Na atualidade, o fenômeno surge organizado por canais pouco tradicionais de representação política, como ocorreu em junho de 2013, quando a população tomou as ruas das principais cidades brasileiras organizada por canais virtuais de redes sociais.

A onda de manifestações registrada a partir desse período surgiu com reivindicações heterogêneas, inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas de ônibus em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, mas logo se apropriou de outras agendas, como a qualidade dos serviços públicos, os gastos com a Copa do Mundo e a insatisfação com o sistema político.

A mobilização, iniciada pelas redes sociais, permitiu que os protestos se apresentassem em escala amplificada, nos quais a radicalização das ações nas ruas ficou por conta de dois grupos de atores.

De um lado, os *black blocs*, inicialmente chamados de vândalos, encapuzados ou mascarados, que rejeitam a caracterização como um grupo organizado

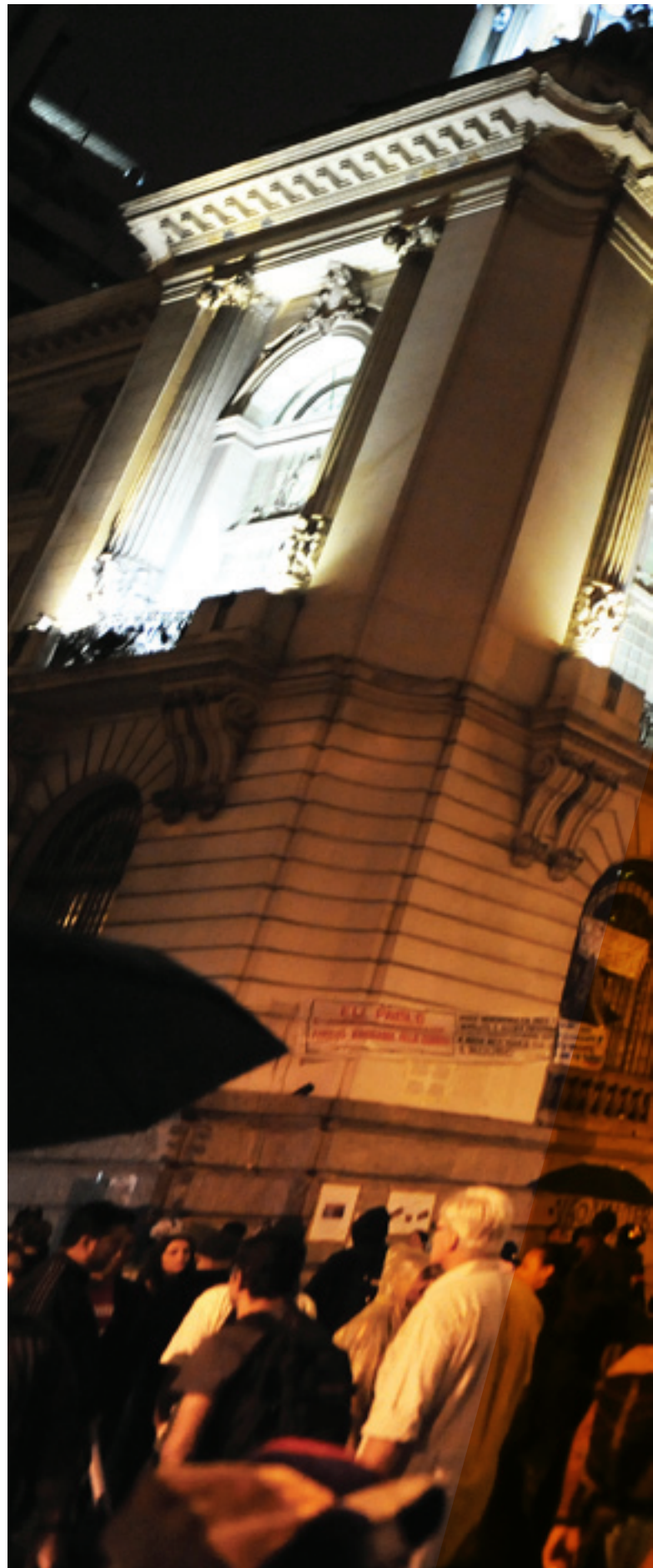
hierarquicamente através de lideranças¹ e dividem a opinião pública entre sentimentos de apoio e de repúdio. Do outro, o aparato da Polícia Militar, cuja exposição nos principais meios de comunicação durante os protestos se deu mais pelo uso abusivo da força do que pela habilidade em manter o direito pacífico de manifestação.

É sobre esses dois grupos que esta pesquisa se desenvolve, tendo como base de investigação a percepção do policial (militar e civil) sobre diversos aspectos correlatos, como (1) as ações de segurança ocorridas durante as manifestações que começaram em junho, (2) a interpretação desses agentes sobre os *black blocs* e, ainda, (3) sobre a própria instituição de segurança.

¹ Cf. Página do Black Bloc RJ no Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/BlackBlocRJ>. Data de acesso: 07/02/2014; Página do Black Bloc BR. Disponível em <https://www.facebook.com/BlackBlocBR>. Data de acesso: 07/02/2014.

A mobilização coletiva operada nas ruas e organizada através das redes sociais é um fenômeno social relativamente recente. No caso brasileiro, junho de 2013 foi singular porque tomou proporções inéditas ao propagar novos movimentos a partir desses canais, criando uma espécie de efeito cascata. Considerando esses eventos, este estudo visa, principalmente, à construção de um quadro interpretativo a partir do olhar do policial sobre essas manifestações e os *black blocs*, explorando questões relacionadas às instituições de segurança e ao Estado, os procedimentos operacionais e legais, assim como a compreensão sobre as demandas de cidadania. A parte final da análise se ocupa em delinear correlação entre as variáveis abordadas.

(...) NO CASO BRASILEIRO, JUNHO DE 2013 FOI SINGULAR PORQUE TOMOU PROPORÇÕES INÉDITAS AO PROPAGAR NOVOS MOVIMENTOS A PARTIR DESSES CANAIS, CRIANDO UMA ESPÉCIE DE EFEITO CASCATA. (...)





02.



METODOLOGIA

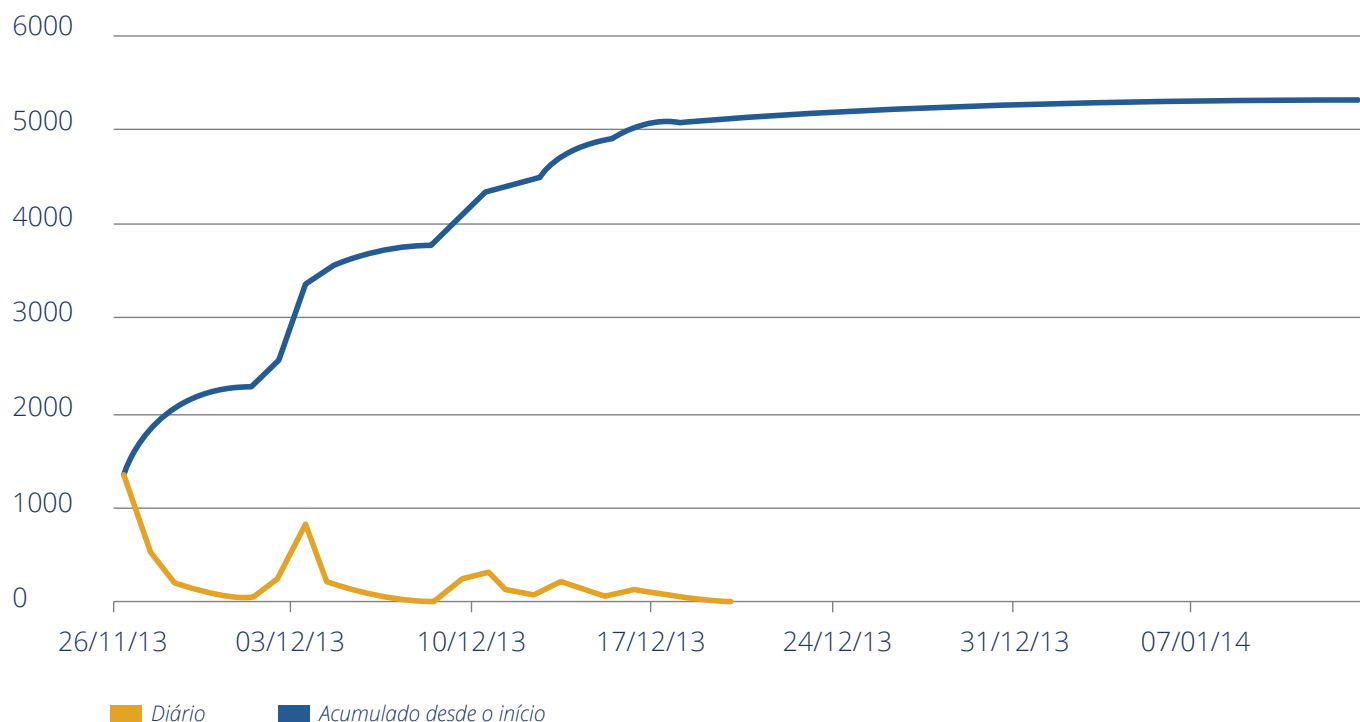
Os dados referentes à percepção dos agentes de segurança foram coletados a partir de uma pesquisa de opinião, de abrangência nacional, aplicada pela internet entre 26 de novembro de 2013 e 14 de janeiro de 2014, perfazendo um total de 49 dias de coleta de dados. A pesquisa por *survey* via *web*, foi realizada pelo envio de e-mail-convite para o entrevistado, contendo os objetivos da pesquisa e um link individual para acesso à página do questionário. Após o preenchimento das questões, os entrevistados recebiam uma mensagem de confirmação de término e uma mensagem de agradecimento pela participação.

Novos convites foram periodicamente reenviados aos endereços eletrônicos (as chamadas ondas de e-mails) em que ainda não havia registro de respostas. Os envios das ondas de e-mail foram realizados em 26/11/2013, 02/12/2013, 09/12/2013 e 13/12/2013. Os policiais que receberam o e-mail-convite faziam parte de um cadastro com 164.562 endereços eletrônicos de um banco de dados validado.

(...) O MÉTODO DE PESQUISA POR *SURVEY* VIA *WEB* COMPREENDEU AS SEGUINTE ETAPAS: ENVIO DE E-MAIL-CONVITE PARA O ENTREVISTADO CONTENDO OS OBJETIVOS DA PESQUISA (...)

GRÁFICO 1

RECEBIMENTO DE QUESTIONÁRIOS PREENCHIDOS PELOS POLICIAIS



Fonte: FGV/DAPP

Dois fatos foram fundamentais para encerrar o período de coleta de dados. Primeiro, o tamanho da amostra obtida – a pesquisa teve 5.304 respondentes – garante uma margem de erro adequada aos níveis de confiança usuais. Segundo, como pode ser observado no Gráfico 1, a variação do número de respostas na última onda de envios foi bem menor do que a verificada nas ondas anteriores, e em seguida houve uma clara estabilização do fluxo de respostas recebidas.

O tamanho da amostra e a margem de erro da pesquisa, para o Brasil e as regiões geográficas, são apresentados na Tabela 1. As margens de erro foram calculadas considerando a amostra como aleatória simples.

Sob essa hipótese e considerando os tamanhos de amostra obtidos para cada região, pode-se afirmar que a margem de erro máxima é de 5,2%, com 95% de confiança², sendo que as regiões que possuem as margens de erro mais elevadas são as regiões Norte e Centro-Oeste. Por outro lado, a margem de erro chega a apenas 2,3% no Nordeste e a 2,2% no Sudeste. Considerando todo o Brasil, a margem de erro é de 1,3%, para mais ou para menos.

² Cálculo feito considerando que a variável em questão seja dicotômica, usando a abordagem conservadora.

TABELA 1

TAMANHO DA AMOSTRA POR REGIÃO GEOGRÁFICA E MARGEM DE ERRO

REGIÃO	NÚMERO DE ENTREVISTAS EFETIVAS	MARGEM DE ERRO EM PERCENTUAL
NORTE	357	5,2
NORDESTE	1893	2,3
CENTRO-OESTE	392	4,9
SUDESTE	1918	2,2
SUL	744	3,6
BRASIL	5304	1,3

Fonte: FGV/DAPP

(...) PODE-SE AFIRMAR QUE A MARGEM DE ERRO MÁXIMA É DE 5,2%, COM 95% DE CONFIANÇA, SENDO QUE AS REGIÕES QUE POSSUEM AS MARGENS DE ERRO MAIS ELEVADAS SÃO AS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE. (...)

TABELA 2

PROPORÇÃO DOS INDIVÍDUOS NA POPULAÇÃO E NA AMOSTRA, SEGUNDO A SUA REGIÃO

	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
COLETA	0,07	0,35	0,06	0,36	0,14
CADASTRO	0,12	0,44	0,08	0,22	0,14

Fonte: FGV/DAPP

Duas variáveis foram usadas para a verificação da existência de um possível viés gerado pela auto-seleção dos respondentes: região geográfica e corporação. No que tange à corporação policial (polícia militar e polícia civil), as proporções observadas na amostra são bastante similares às observadas no cadastro de e-mails.

Contudo, o quadro é diferente quando é considerada a região do respondente. Embora a proporção de policiais da Região Sul que responderam ao questionário tenha sido bastante similar à proporção de policiais desta região no cadastro, o mesmo não pode ser dito em relação aos policiais do Sudeste, cuja presença na amostra foi bastante superior àquela verificada na população, em termos relativos. As proporções de policiais observadas no cadastro e na amostra para cada uma das regiões do Brasil são apresentadas na Tabela 2.

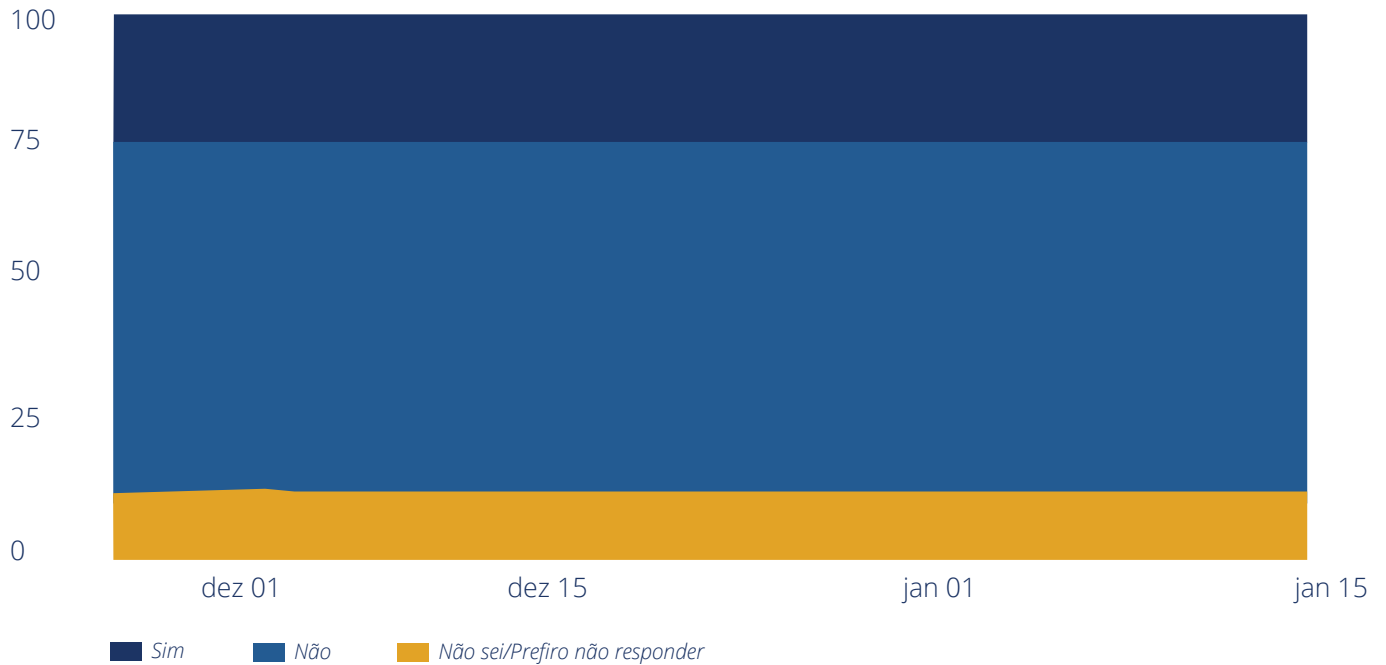
Para garantir que os resultados nacionais contemplassem corretamente todas as regiões do país, utilizou-se o procedimento estatístico de pós-estratificação, o que tornou idênticas as proporções de policiais de cada uma das regiões do Brasil verificadas na amostra ponderada com o sistema de pesos e no cadastro idênticas.

Para observar a consistência das respostas ao longo do tempo, foram escolhidas algumas questões para avaliar a evolução dos padrões de resposta. Por exemplo, conforme pode ser observado no Gráfico 2, os percentuais observados para cada uma das respostas admitidas para a pergunta *“Os policiais receberam orientações e treinamento adequados para lidar com as manifestações e enfrentar os black blocs?”* se mostraram bastante estáveis ao longo dos dias em que o questionário esteve disponível aos policiais. Esse dado sugere que não há viés causado pelo fato de as respostas terem sido obtidas em diferentes instantes, e que há robustez, visto que se torna natural assumir que as proporções se manteriam estáveis caso mais observações fossem coletadas nos dias subsequentes.

GRÁFICO 2

OS POLICIAIS RECEBERAM ORIENTAÇÕES E TREINAMENTO ADEQUADOS PARA LIDAR COM AS MANIFESTAÇÕES E ENFRENTAR OS BLACK BLOCS?

(em percentual, evolução ao longo do período de coleta de dados)



Fonte: FGV/DAPP

(...) O QUE TORNOU AS PROPORÇÕES DE POLICIAIS DE CADA UMA DAS REGIÕES DO BRASIL VERIFICADAS NA AMOSTRA PONDERADA COM O SISTEMA DE PESOS (...)

03

CHANG

BRAZ



RESULTADOS

Identifica-se uma importante homogeneidade de opiniões entre os entrevistados das diferentes regiões do país, sendo desnecessário considerar, para fins de análise, a segmentação geográfica da amostra, como poderá ser atestado pelos gráficos que ilustram os dados coletados. A análise a seguir está segmentada de acordo com seus principais temas.

IDENTIFICA-SE UMA IMPORTANTE
HOMOGENEIDADE DE OPINIÕES ENTRE OS
ENTREVISTADOS DAS DIFERENTES REGIÕES
DO PAÍS, (...)

3.1

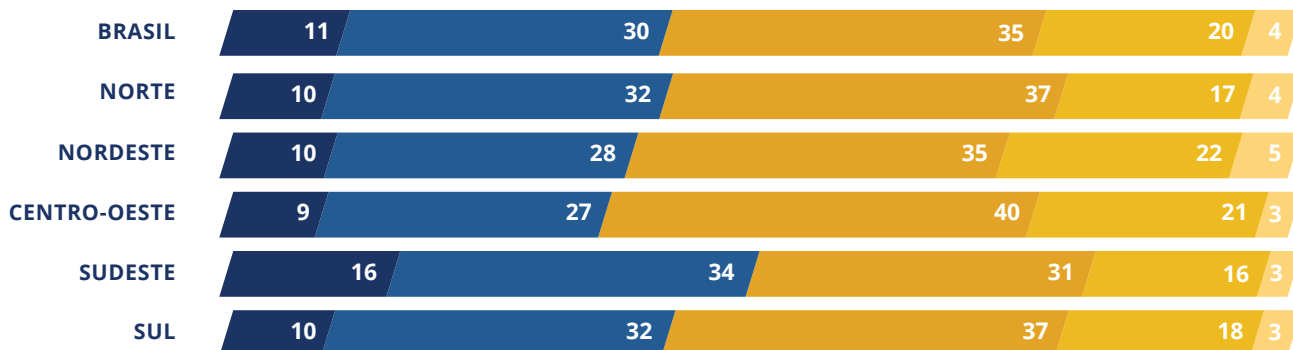
CARACTERIZAÇÃO DOS BLACK BLOCS

A pesquisa procurou compreender como os policiais percebem os *black blocs* e avaliam suas ações. Os entrevistados mostraram-se bastante divididos a respeito da caracterização do movimento: 35% consideram os *black blocs* um grupo de baderneiros; para 30%, os policiais estão lidando com uma organização criminosa; 20% acreditam que se trata de uma tática de ação em manifestação; e 11% os consideram um grupo de militantes políticos. Esses números são observados no Gráfico 3:

GRÁFICO 3

AS MANIFESTAÇÕES DE RUA QUE VÊM ACONTECENDO NO PAÍS, DESDE JUNHO DE 2013, CONTARAM COM UMA NOVIDADE: OS *BLACK BLOCS*.

Na opinião do(a) Sr.(a), os *black blocs* podem ser considerados: (Marque apenas uma opção, em percentual)



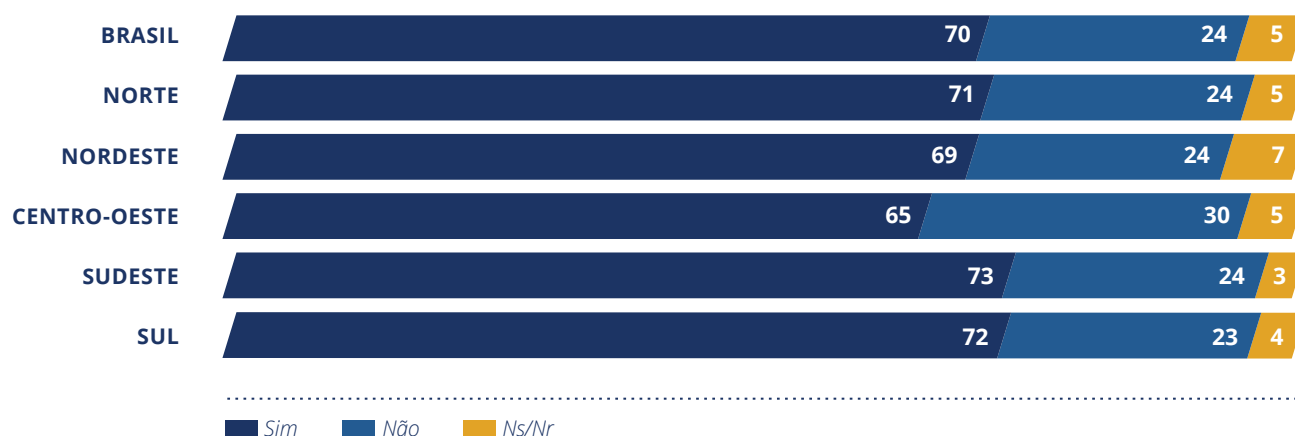
Um grupo de militantes políticos, com liderança Uma organização criminosa, com liderança
Um grupo de baderneiros, sem liderança definida Uma Tática de ação de manifestação
Não sei/Prefero não responder

Fonte: FGV/DAPP

Inseridos em uma estrutura rigidamente hierarquizada e acostumados a lidar com o crime organizado, os policiais, em sua maioria 70% dos entrevistados atribuem aos *black blocs* uma liderança organizada, como pode ser visto pelo Gráfico 4.

GRÁFICO 4

NA OPINIÃO DO(A) SR(A), OS *BLACK BLOCS* TÊM LIDERANÇA ORGANIZADA?
(em percentual)



Fonte: FGV/DAPP

(...) 20% ACREDITAM QUE SE TRATA DE UMA TÁTICA DE AÇÃO EM MANIFESTAÇÃO; (...)

(...) 11% CONSIDERAM UM GRUPO DE MILITANTES POLÍTICOS. (...)

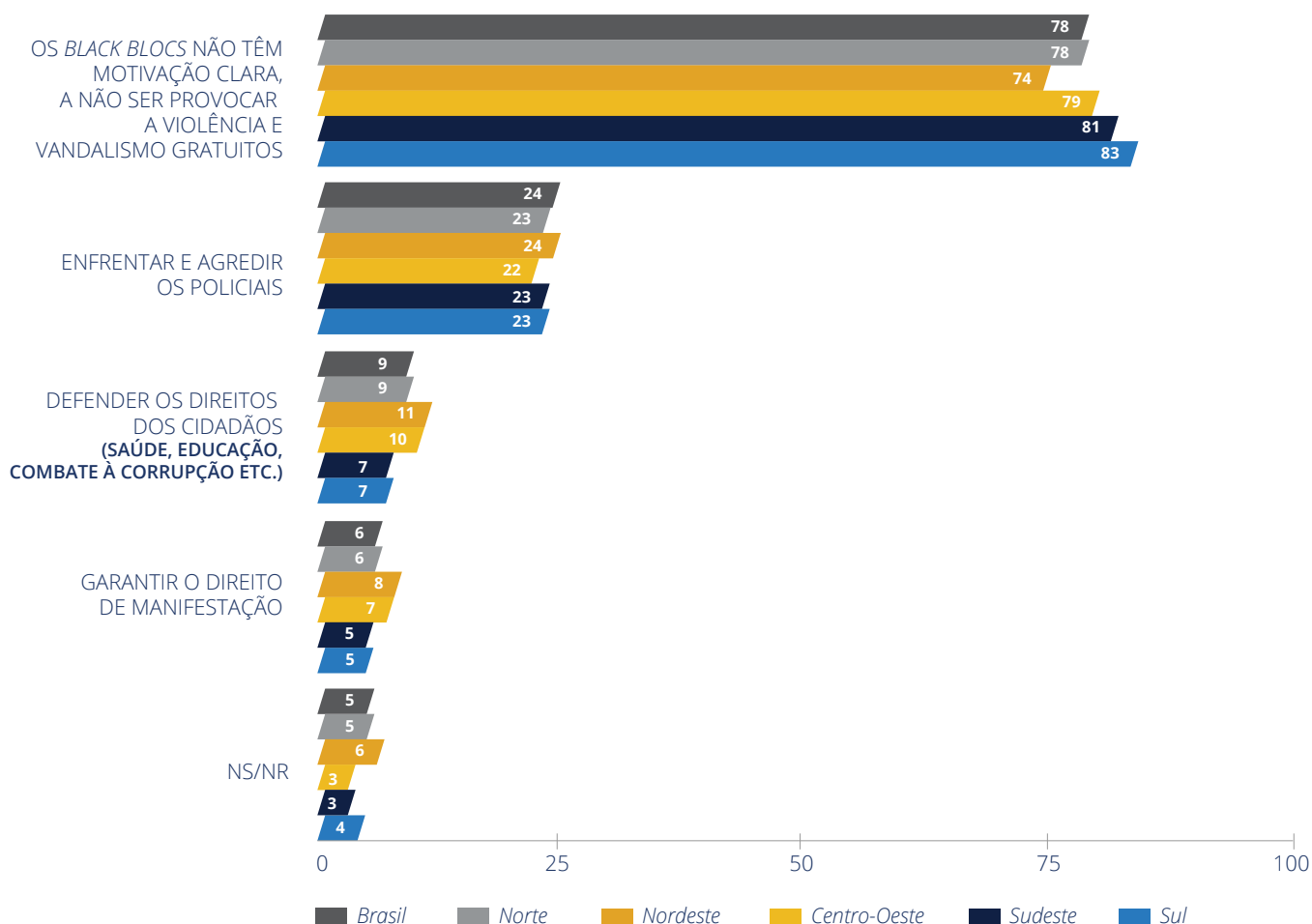
3.2

MOTIVAÇÃO DOS BLACK BLOCS

Grande parte dos entrevistados, 78%, não identifica nas ações dos *black blocs* uma motivação clara, que vá além da violência e vandalismo gratuitos, conforme ilustrado pelo Gráfico 5. A segunda opção mais mencionada, apontada por 25% dos policiais, afirmava que os *black blocs* tinham por objetivo “enfrentar e agredir os policiais”. A rejeição dos policiais ao movimento fica nítida quando se constata que para apenas 9% dos policiais os *black blocs* se propõem a “defender os direitos dos cidadãos” e para 6% deles os *black blocs* desejam “garantir o direito de manifestação”. Deve-se notar que essa questão admitia até duas respostas.

GRÁFICO 5

EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DOS BLACK BLOCS, O(A) SR.(A) DIRIA QUE SUA PRINCIPAL MOTIVAÇÃO É: (até duas opções, em percentual)



Fonte: FGV/DAPP

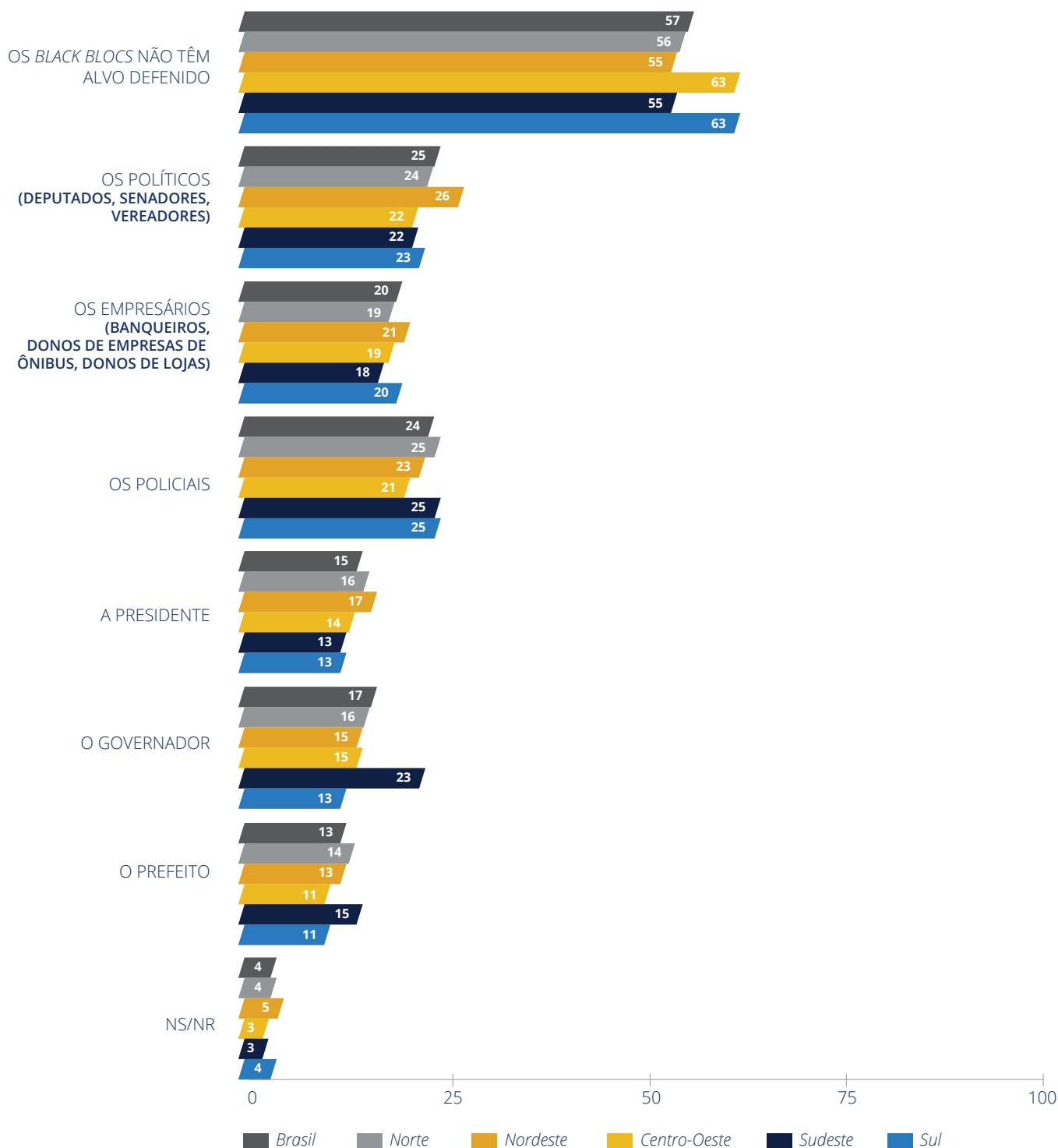


Quando se trata da identificação dos alvos dos *black blocs*, 57% dos policiais apontam que “os *black blocs* não têm alvo definido”, conforme pode ser visto no Gráfico 6. Embora a segunda opção mais escolhida tenha sido “os políticos”, com 25% do total das respostas, o percentual das demais reforça a ideia de que para os policiais os alvos dos *black blocs* são múltiplos: 24% deles afirmam ser “os Policiais”; 20%, os “empresários”; 15%, “a presidente”; 17%, “o governador”; e 13%, “o prefeito”.



GRÁFICO 6

A QUEM OS *BLACK BLOCS* QUEREM VERDADEIRAMENTE ATINGIR?
(marque quantas opções desejar, em percentual)



Fonte: FGV/DAPP

3.3

ASPECTOS LEGAIS

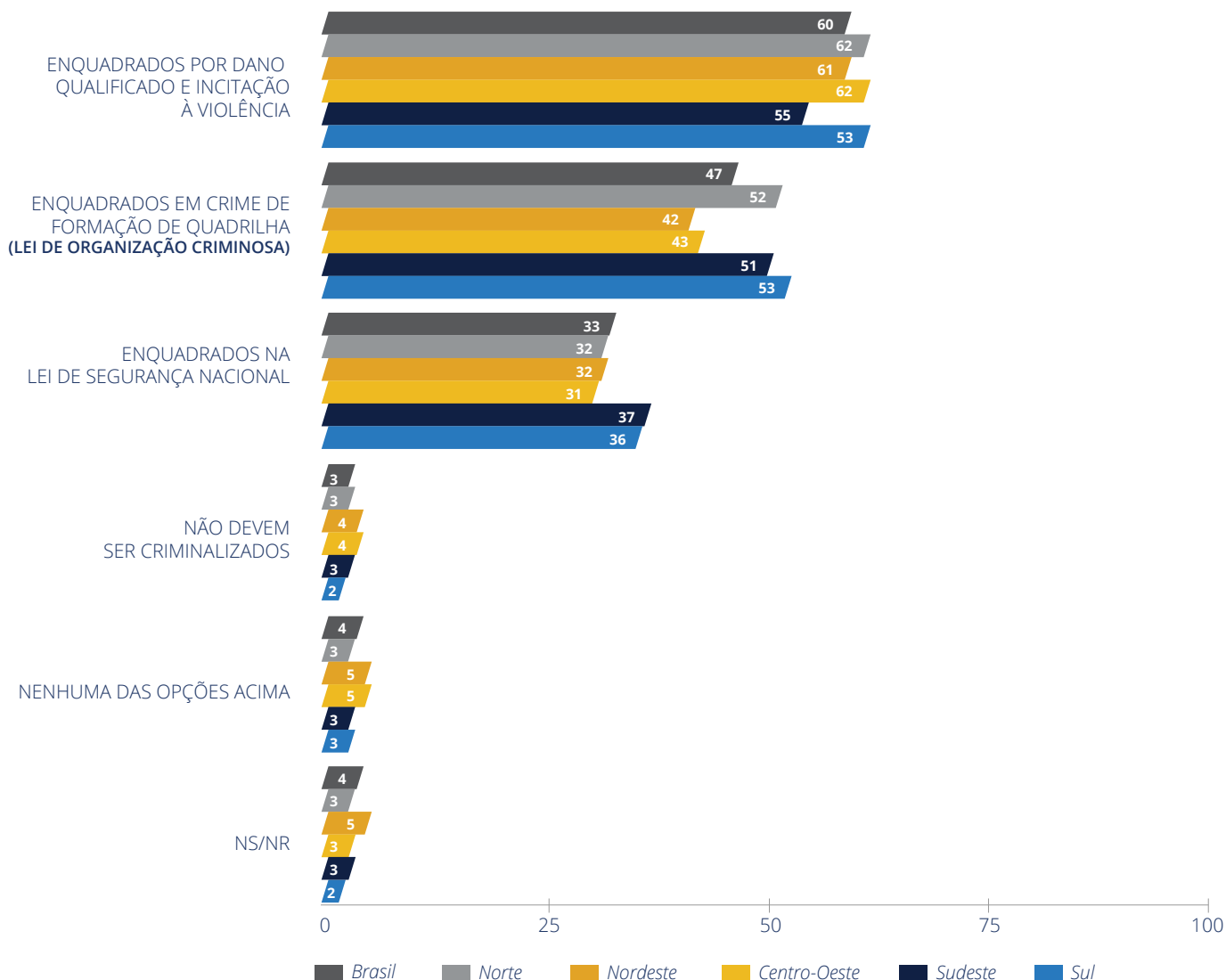
Na contramão da imagem advogada pelos *black blocs*, que rejeitam a caracterização como uma organização estruturada, mas defendem uma motivação ideológica para suas ações, os entrevistados, em sua maioria, atribuem ao grupo uma liderança, excluindo, no entanto, um propósito político. Assim, em conformidade com essa avaliação, 60% dos policiais acreditam que os integrantes dos *black blocs* devem ser preferencialmente enquadrados por “dano qualificado e incitação à violência”, conforme pode ser visto no Gráfico 7.

A segunda opção de enquadramento mais escolhida foi “crime de formação de quadrilha”, representando 39% das respostas, o que reforça a opinião de que o grupo possui uma organização. Para 33% dos entrevistados, os *black blocs* devem ser “enquadrados na lei de segurança nacional”. Cabe ressaltar que os policiais puderam assinalar quantas opções desejassem. Esse fato permite verificar que é grande o número de policiais que consideram adequado enquadrar os ativistas em mais de um crime. Finalmente, apenas uma minoria ínfima respondeu que os *black blocs* não devem ser criminalizados: 3%.

(...) PARA 33% DOS ENTREVISTADOS OS *BLACK BLOCS* DEVEM SER “ENQUADRADOS NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. (...)

GRÁFICO 7

NA OPINIÃO DO(A) SR.(A), QUAL APARATO LEGAL DEVERIA SER USADO CONTRA OS *BLACK BLOCS*?
(Marque quantas opções desejar) (em percentual)



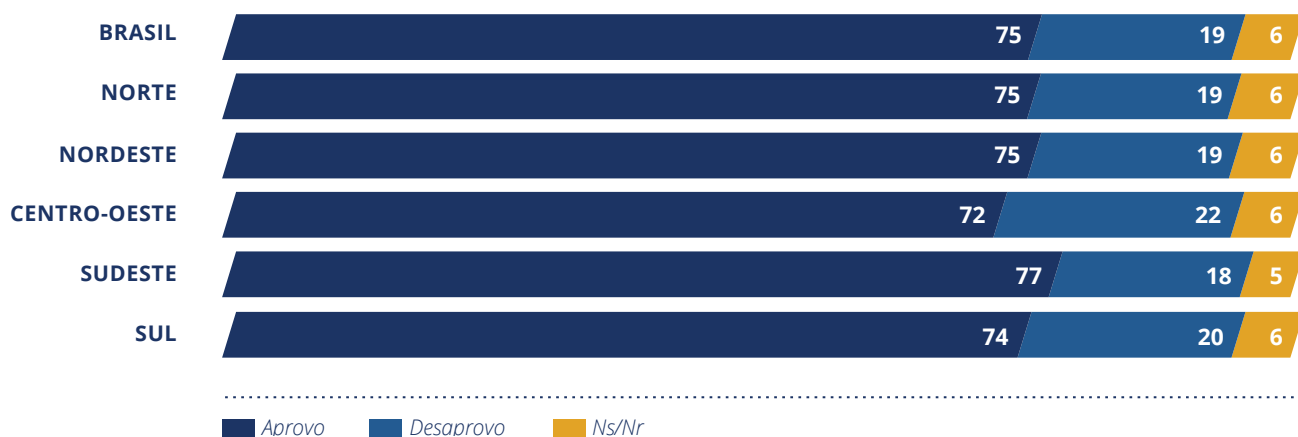
Fonte: FGV/DAPP

O Gráfico 8 revela que 75% dos policiais brasileiros aprovam a apuração de atos de vandalismo por juizados móveis durante as manifestações. O percentual de aprovação recua para 52% quando os policiais são questionados a respeito da ação desses juizados nos casos de violência policial, como demonstrado no Gráfico 9 a seguir. E, 40% dos policiais desaprovam a ação dos juizados.

GRÁFICO 8

O GOVERNO ANUNCIOU A CRIAÇÃO DE JUIZADOS MÓVEIS PARA ATUAREM NAS MANIFESTAÇÕES EM CASO DE VANDALISMO OU DE VIOLÊNCIA POLICIAL.

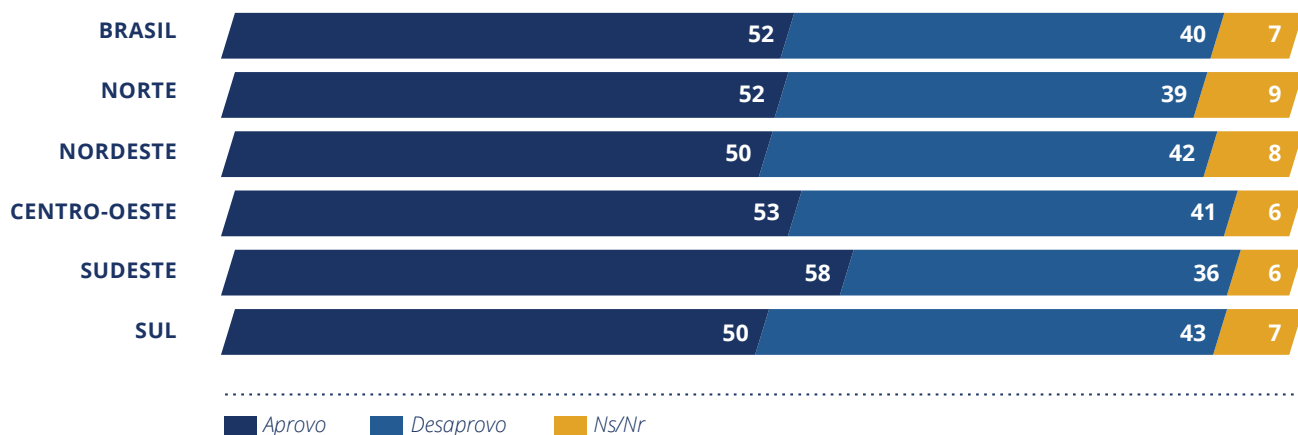
No caso de vandalismo, o(a) Sr.(a) aprova ou desaprova a ação desses juizados? (em percentual)



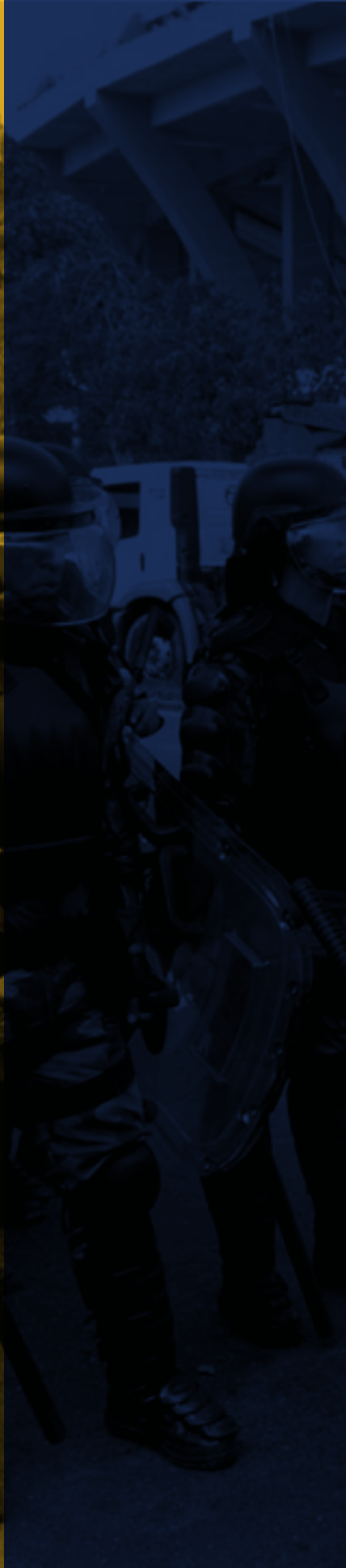
Fonte: FGV/DAPP

GRÁFICO 9

E NO CASO DA APURAÇÃO DA AÇÃO POLICIAL, O(A) SR.(A) APROVA OU DESAPROVA A AÇÃO DESSES JUIZADOS? (em percentual)



Fonte: FGV/DAPP





(...) AINDA, 40% DOS POLICIAIS
MANIFESTAM DESAPROVAÇÃO
DA AÇÃO DOS JUIZADOS (...)

3.4

VISIBILIDADE E AVALIAÇÃO DOS BLACK BLOCS PELA POPULAÇÃO

Em algumas manifestações de classe (por exemplo, nas manifestações dos professores da cidade do Rio de Janeiro contra o plano de carreira que foi votado e aprovado na Câmara de Vereadores), alguns manifestantes que não usam a tática *black bloc* apoiaram publicamente a ação e solicitaram a presença de indivíduos do grupo. A pesquisa abordou os policiais sobre este ponto. **Para 62% dos respondentes o apoio de alguns manifestantes às ações dos *black blocs* é motivado tão somente pela visibilidade que o grupo pode trazer aos protestos, atraindo os jornais e as emissoras de TV, conforme demonstrado pelo Gráfico 10.**

GRÁFICO 10

NAS REDES SOCIAIS, ALGUNS MANIFESTANTES TÊM SE MOSTRADO FAVORÁVEIS ÀS AÇÕES DOS BLACK BLOCS, CHEGANDO A CONVIDÁ-LOS PARA AS MANIFESTAÇÕES

Na opinião do(a) Sr.(a) as razões para isso são: (em percentual)



Os black blocs estão sendo reconhecidos como um grupo legítimo, que defende os direitos dos cidadãos (saúde, educação, combate à corrupção etc)

Os black blocs estão simplesmente os protegendo de possíveis agressões da polícia

Os black blocs trazem visibilidade às manifestações, atraindo os jornais e emissoras de televisão

Nenhuma das opções acima

Ns/Nr

Fonte: FGV/DAPP

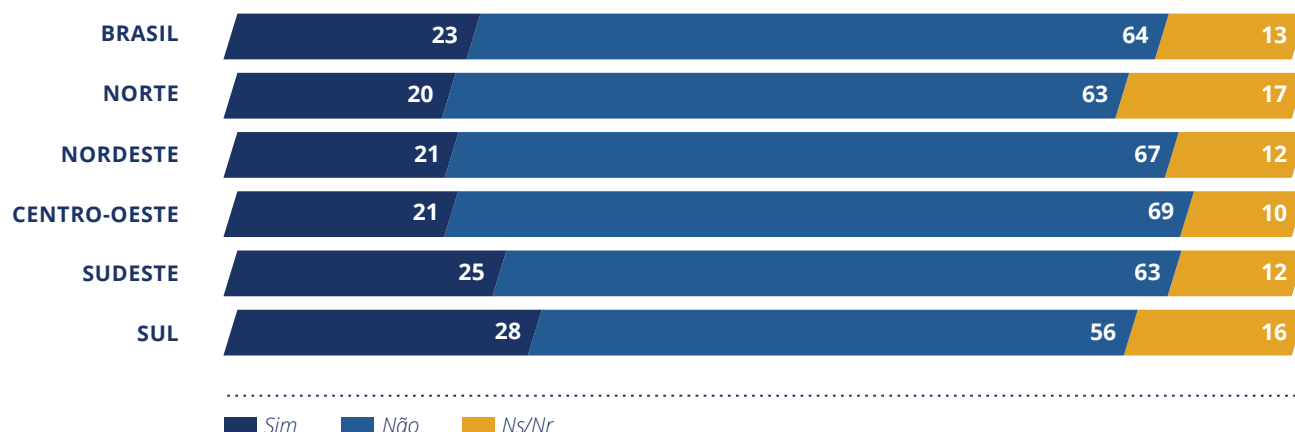
3.5

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO E DAS RESPONSABILIDADES ASSOCIADAS

As manifestações, como ocorreram, são um fenômeno novo e, do que pode ser apreendido pela pesquisa, o Estado não deu suporte adequado aos policiais, uma vez que não souberam como agir diante delas. **Predomina entre os entrevistados a opinião de que os policiais não receberam orientação e treinamento apropriados para lidar com os protestos e enfrentar os *black blocs***, totalizando 64% das respostas no âmbito nacional, de acordo com o Gráfico 11, a seguir.

GRÁFICO 11

OS POLICIAIS RECEBERAM ORIENTAÇÕES E TREINAMENTO ADEQUADOS PARA LIDAR COM AS MANIFESTAÇÕES E ENFRENTAR OS *BLACK BLOCS*?
(em percentual)

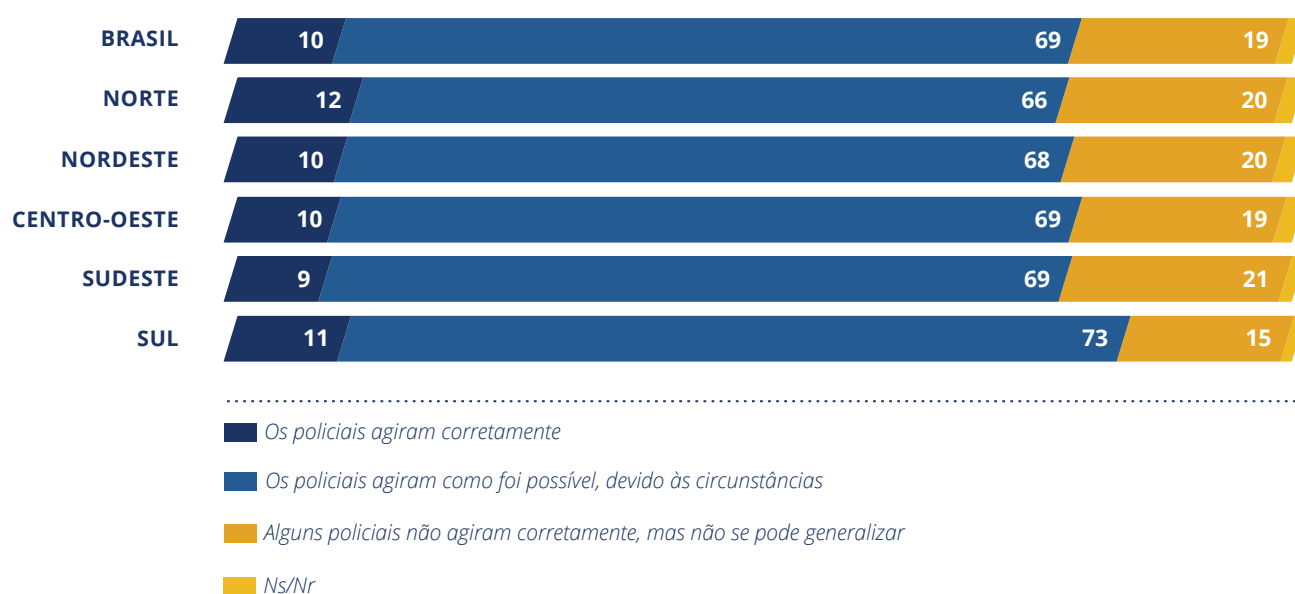


Fonte: FGV/DAPP

Coerentes com esta avaliação, 69% dos policiais afirmam que, devido às circunstâncias, agiram como foi possível durante as manifestações, e 19% acreditam que “alguns policiais não agiram corretamente”, como pode ser visto no Gráfico 12, a seguir. **Tendo por missão garantir a ordem pública e o bem estar social, os policiais foram, segundo eles próprios, obrigados a improvisar diante de uma situação inesperada para a qual são se sentiam preparados.**

GRÁFICO 12

SOBRE A AÇÃO DA POLÍCIA DURANTE AS MANIFESTAÇÕES, O(A) SR.(A) DIRIA QUE:
(em percentual)



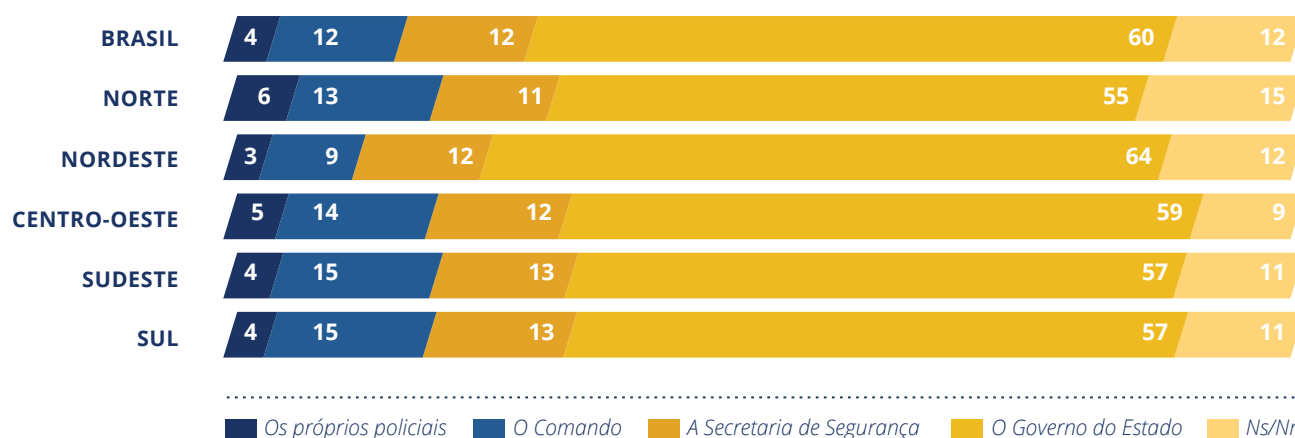
Fonte: FGV/DAPP

(...) 60% DOS ENTREVISTADOS ATRIBUEM A RESPONSABILIDADE DAS AÇÕES AOS GOVERNOS DOS ESTADOS. (...)

Para grande parte dos policiais, as ações improvisadas da polícia têm responsável direto: 60% dos entrevistados atribuem a responsabilidade das ações aos governos dos estados. É grande a diferença para o percentual de entrevistados que atribuíram ao comando, também 12%, e às secretarias de segurança, 12%, tal responsabilidade, conforme Gráfico 13.

GRÁFICO 13

AO FIM, QUEM É O RESPONSÁVEL PELA FORMA COMO A POLÍCIA VEM AGINDO DURANTE AS MANIFESTAÇÕES? (em percentual)



Fonte: FGV/DAPP

Apesar de considerarem que agiram como foi possível e responsabilizarem os governos dos respectivos estados pela forma como a própria polícia atuou durante as manifestações, 52% dos policiais aprova a apuração da ação policial pelos juizados móveis durante os protestos, conforme Gráfico 9. **O resultado pode sugerir que esses entrevistados entendem que, ao fim, cada policial deve decidir sobre como agir em uma dada situação e que cabe a ele saber usar a força de forma adequada e controlada.**

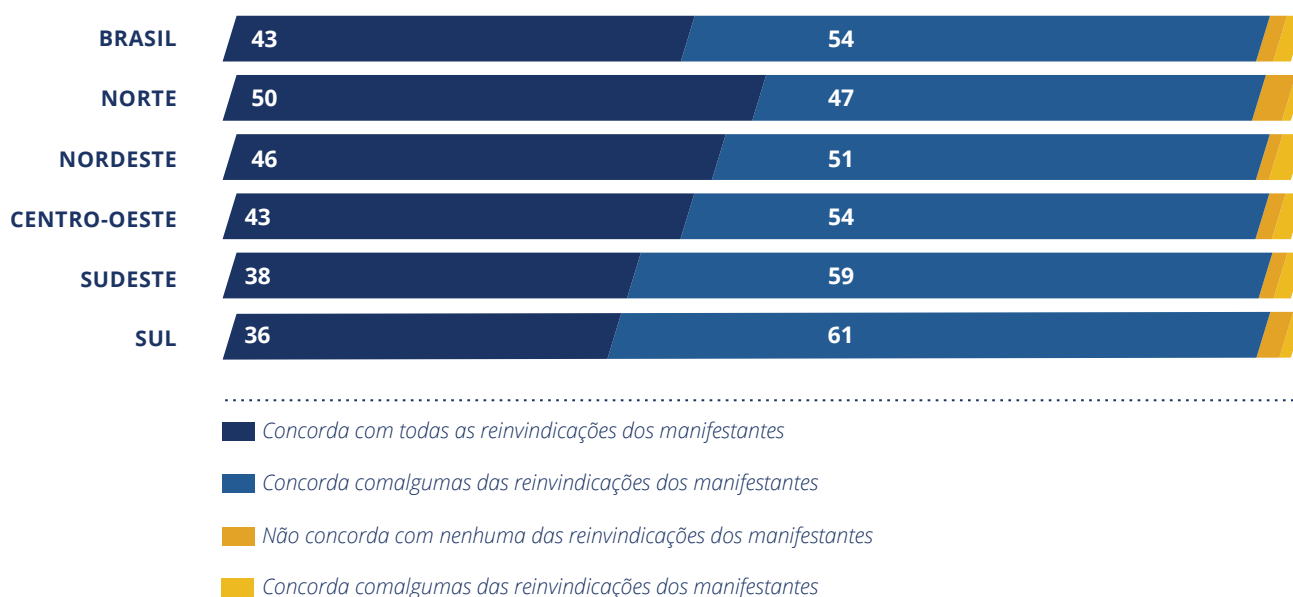
3.6

OS POLICIAIS COMO CIDADÃOS

Embora a pesquisa tenha mostrado que, para os policiais, eles e os *black blocs* podem ser considerados oponentes em vários aspectos, quando instados a se posicionar como cidadãos e não como profissionais de segurança pública, **há o reconhecimento de que a pauta de reivindicações apresentadas pacificamente nas ruas das cidades brasileiras é pertinente**: 43% dos policiais assinalaram que “concordam com todas as reivindicações dos manifestantes”. Embora não seja a maioria, deve-se destacar que a frase é bastante forte. Esse nível de concordância chega a atingir 50% na região Norte. Também 54% dos policiais afirmaram que “concordam com algumas das reivindicações dos manifestantes”. A proporção de policiais que concordam com algumas das demandas da população que foi às ruas chega a expressivos 97%.

GRÁFICO 14

DEIXANDO DE LADO SEU PAPEL COMO POLICIAL, PENSANDO COMO CIDADÃO, NAS MANIFESTAÇÕES PACÍFICAS O(A) SR(A). DIRIA QUE:
(em percentual)



Fonte: FGV/DAPP



04.



CONCLUSÃO

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação vêm favorecendo a constituição de uma esfera pública virtual que impacta na mobilização do espaço público, gerando um processo de retroalimentação entre essas duas dimensões. A facilidade de mobilização gerada pelas redes sociais e, o processo de universalização do acesso à internet (via computadores ou aparelhos móveis) sugerem uma tendência de aumento da capacidade de indivíduos, mesmo com demandas e interesses diversos, se reunirem para apresentar seus pleitos. A rede gera a oportunidade de dissolução das distinções territoriais, unindo pessoas em torno de demandas difusas como o direito de manifestar e a cobrança da qualificação dos serviços públicos.

O potencial comunicativo da *web 2.0* amplifica também a ação de pequenos grupos, como os *black blocs*, que possuem uma visão mais radicalizada do que o volume de manifestantes, e que vêm encontrando formas de capitalizar a atenção da mídia e da população, inclusive com atos extremados.

Este estudo, portanto, revela a necessidade de o Estado fazer uma reflexão e se aperfeiçoar institucionalmente, no que diz respeito ao seu aparato legal e de segurança pública, para lidar com as

manifestações em seus novos contornos, ou seja, as manifestações populares mobilizadas via web.

O deficit de treinamento e preparo das instâncias estaduais para lidar com essa nova realidade se reflete na dificuldade dos policiais em agir nas situações apresentadas pela pesquisa.

Os entrevistados revelaram sua dificuldade de ação nessas ocasiões e se viram obrigados a improvisar diante do inesperado. Esse quadro pode gerar transbordos de violência que afetam a todos, especialmente aos que estão lá pacificamente. Ainda que por vezes necessária, a aplicação do monopólio da violência deveria ser aprimorada com maior treinamento e inteligência, evitando ou circunscrevendo a repressão sem afetar o direito de manifestação. A sociedade civil está cada vez mais conectada aos instrumentos digitais e gerando formas alternativas de vocalização. Porém, a resposta do Estado e de suas instituições aos novos ambientes virtuais e às demandas ali depositadas continuam, por enquanto, em aberto.

(...) A SOCIEDADE CIVIL ESTÁ
CADA VEZ MAIS CONECTADA
AOS INSTRUMENTOS
DIGITAIS E GERANDO
FORMAS ALTERNATIVAS DE
VOCALIZAÇÃO. (...)





